



# INFORMATIVO

Publicação da Associação de Aposentados, Funcionários e Pensionistas do Banco do Brasil

Fundada em 01 / 12 / 1998

Sede: Av. Rio Branco, 185 / 611 e 612 - CEP 20040-007

Centro - Rio de Janeiro - RJ

Tels: (21) 2232-7561 / 2509-0347

aapbb@aapbb.org.br - www.aapbb.org.br

Ano IX - N° 97 - Janeiro/Abril de 2019

Mala Direta  
Básica

9912320264/2014-DR/RJ  
AAPBB

Correios

## Muita calma nessa hora!

Williams Francisco da Silva - Presidente

*“Verás que um filho teu não foge à luta.*

*Nem teme, quem te adora, a própria morte.”*

“Muita calma nessa hora!” Aproprio-me da expressão tão popular, que inclusive virou título de filme brasileiro, de 2010, para fazer algumas reflexões sobre o momento especial que ora vivemos, em nível mundial, nacional e no seio das entidades BB, em especial da CASSI. O intuito desses escritos é lembrar àqueles e àquelas que nos lerem, que não estamos isolados no mundo e, portanto, as questões que nos afetam fazem parte de um contexto maior.

No contexto mundial, líderes portadores de altíssimos níveis de complexo de Narciso, aquele que na mitologia grega apaixonou-se pela própria imagem refletida nas águas, tendem a “morrer e desaparecer” ao longo da marcha inexorável do tempo, ficando no ocaso da história da humanidade, porque olham só para si mesmos, e só pensam em seus projetos de poder, para obter mais e mais ganhos para si e para seus fiéis escudeiros. Para eles, não importa se a plebe rude pagará caro por isso, desde que sejam satisfeitos seus objetivos de poder e riqueza, ilimitados e infinitos. Mas, esses indivíduos gananciosos e sem escrúpulos serão relegados a um papel secundário na história humana, estou certo disso.

No Brasil, as jornadas de lutas entre correntes radicalmente opostas, levou à ocupação das ruas, em junho de 2013, numa busca de catarse coletiva, protagonizada por diversos segmentos sociais. Em 2014, no contexto da eleição presidencial, as ruas e as redes sociais se polarizaram. De um lado o antipetismo foi fator de coesão dos verde-amarelos que, em 2015, pediram o *impeachment* de Dilma Rousseff, enchendo as ruas de partidários prós e contras. Enquanto a oposição espalhava fortemente a narrativa do *impeachment*, esta foi combatida com força similar via narrativa “do golpe”. A Avenida Paulista, onde todos couberam

em 2013, converteu-se em espaço de polarização em 2015. Nas eleições de 2018 o caldo quase entornou, e a situação de tensão atingiu níveis estratosféricos.

Deu no que deu, e o Brasil vive hoje uma divisão sem igual, fragmentado e partido ao meio, sem perspectivas alvissareiras, a curto prazo, de um grande pacto nacional, suprapartidário e voltado para o bem comum. Há grande apatia naqueles que se vêm pouco ou nada representados pela classe política, e eles acabam por delegar os seus destinos a terceiros, àqueles que participam ativamente, debatem com fervor e especialmente votam, mas que estão radicalmente polarizados.

Rodeia-nos, como uma nuvem negra sobre nossas cabeças e almas, o desencanto como sentimento coletivo, o desprezo pela classe política como tônica, a descrença nos três poderes constituídos dos três níveis da Federação como névoa macabra, e a enorme sensação de que segue o mau cheiro da corrupção no ambiente das finanças públicas, chegando o fedor na percepção das narinas, olhos, ouvidos e mente. Não está e não será nada fácil voltarmos ao caminho virtuoso da ordem e progresso; do desenvolvimento social e econômico; da luta por uma educação e cultura capazes de renovar e sanear tanto apodrecimento em que nos meteram; pois longe estamos de encontrar um estadista, que reconduza nossa cidadania dispersa, composta por todos nós, a caminhos de reconstrução nacional focada no bem comum.

No âmbito das entidades BB, parte menor, mas não menos importante, dos macros sistemas mundial e nacional, temos vivenciado situações de estresses constantes, no âmbito de eleições que se revezam a cada dois anos, em diferentes entidades, e que trazem à tona o mesmo cenário de divisão observado no ambiente externo. A PREVI, ajudada pela PREVIC nas eleições de 2018, deixou um gosto azedo ao demonstrar cabalmente que regramentos eleitorais podem ser moldados à medida da conveniência do momento, sendo interpretados ou modificados segundo os interesses de correntes momentaneamente majoi-

ritárias, que se aderem ao Patrocinador. A CASSI, em eleição que expeliu sangue nas redes sociais, deixou de forma incontestada a comprovação de que também no meio da comunidade BB o divisionismo chegou de forma implacável, e não menos radical.

Em tal estado de coisas, nos defrontamos com o péssimo cenário econômico-financeiro recebido em 2018 pelos novos dirigentes da nossa Caixa de Assistência, que levou à apressada consulta extraordinária para reformar os Estatutos, visando alterar aspectos da governança e também do custeio da Entidade, em processo que esquentou o clima, aumentou a fervura e deixou a panela de pressão prestes a arrebentar. Mas, no final, em expressiva votação que envolveu a maioria dos aposentados e os da ativa, prevaleceu o NÃO, tendo sido dada resposta firme e forte, no sentido de que eram esperadas melhores condições na negociação entre as partes, e que o Estatuto não seria entregue para mudanças casuísticas de interesse exclusivo de governos de turno, que sempre quiseram, e quase sempre fizeram, o BB e suas Entidades de exemplos para suas traquina-gens inconcessas.

Em clara situação característica do conhecido Problema do Agente, administradores, com pressa de mostrar serviço e garantir o cumprimento das metas ordenadas pelo poder de turno, assegurando assim mais um tempinho na gestão, fizeram e desfizeram para convencer a plebe rude de que a famigerada CGPAR 23 tinha que ser implantada e implementada a fórceps, mas essa plebe, cansada, revoltada e desanimada com tantas falsas promessas no ambiente macro e micro, se rebelou com unhas e dentes e disse um sonoro NÃO, aos atropelos dos governantes, que forçaram condutas temerárias para empurrar

goela a baixo uma resolução oportunista e ilegal, pois desde seu nascedouro extrapolou a hierarquia das leis e a competência do seu emissor, tentando impor mudanças voltadas a ocultar e disfarçar a incompetência do próprio Estado, ao não controlar adequadamente entes sob sua tutela, que não atuaram bem... O que de nenhum modo é o caso da CASSI!

Agora, vem aí nova consulta extraordinária, trazendo mudanças em pontos relevantes em relação à derrotada proposta anterior (que serão objeto de considerações específicas em novo artigo nosso, a ser publicado em breve), mas tendo um horizonte curtíssimo de validade, qual seja até fins de 2021 ou 2022, dependendo das condições que efetivamente se concretizarem, na ponta da arrecadação, muito dependente dos aumentos de salários e de benefícios, e da inflação médica, sobre a qual a CASSI não tem ingerência alguma.

Mas, para grande parte do Corpo Social da CASSI, o processo em curso ainda provoca um tripé de emoções difíceis de sanar a curto prazo: medo pelas consequências que podem advir, seja pelo NÃO ou pelo SIM; sentimento de desinformação e de que há coisas não contadas no ar; certeza da assimetria de poder em

favor do Patrocinador, e que isso poderá custar caro, no futuro próximo. Por outro lado, há em muitos, mas em muitos mesmo, dúvidas e suspições em relação à rapidez com que nossas mais importantes e maiores entidades representativas aderiram ao SIM, mesmo antes de ter sido apresentada ao público versão de proposta de reforma "pré-aprovada pelo BB", *conditio sine qua non* para o processo ir à Consulta.

Os diálogos que diuturnamente mantemos, em diferentes paragens e com diferentes pessoas, parece indicar que é sentimento majoritário o de que há necessidade de reforço no custeio, e que isto seria palatável, e mais facilmente aprovado, se as medidas nessa direção fossem o objeto principal de consulta extraordinária de caráter específico, deixando para outra oportunidade, um pouco mais adiante, a discussão de mudanças estatutárias, em especial porque a CASSI desde setembro/18 parece ter rompido com a inércia de resultados deficitários, havendo indicativos de que as medidas adotadas pela gestão, a partir do segundo semestre de 2018, e em 2019, começam a produzir bons frutos e que está sendo moldada uma etapa de recuperação econômico-financeira, com viés constante e crescente.

É momento decisivo e de inflexão para o corpo social da CASSI, vivenciado no epicentro de um cenário de incertezas e divisões, que paira sobre todos nós no âmbito político e econômico mundial, nacional e das Entidades BB. Não é tarefa fácil contribuir com o voto consciente e convicto, neste momento. Mas, é fundamental que não aceitemos o papel de cordeirinhos imolados, tão pouco de avestruzes que baixam a cabeça e mostram os fundos, ou de caranguejo que, quando pressionados, andam para trás e se metem no buraco.

Precisamos votar!!! Mas, antes, precisamos buscar o conhecimento verdadeiro, confrontar intensamente ideias, mas respeitando as pessoas e os princípios democráticos. Deste modo, estaremos adequadamente armados para fazermos o que pudermos e o que for necessário, de modo a preservar nossos direitos. É importante também lembrar que as experiências do nosso passado de reformas trouxeram claros exemplos da existência de "cavalinhos de Tróia", só descobertos depois que a vaca foi para o brejo, e que geraram reflexos negativos por toda a nossa vida. Portanto, pelo sim ou pelo não, MUITA CALMA NESTA HORA!

## Uma boa notícia

**Volnei Nichetti**  
Vice-Presidente Adjunto de Assuntos Jurídicos

Nestes tempos difíceis para os aposentados, finalmente uma boa notícia: a Advocacia Geral da União (AGU), desistiu de recorrer de parte das ações que se encontram no Superior Tribunal de Justiça (STJ) ou no Supremo Tribunal Federal (STF). Nesse quadro estão aquelas que pleiteiam a readequação do teto previdenciário referente ao período do chamado "buraco negro". Tem direito à revisão os aposentados que tiveram seus benefícios concedidos pelo INSS entre a assinatura da Constituição, em 5 de outubro de 1988, e a criação da Lei que rege a previdência, em 4 de abril de 1991, a qual limitou os reajustes. Com a desistência, abreviam-se os prazos para a execução das sentenças. Os contemplados farão jus inclusive aos atrasados. A AAPBB está à disposição para prestar assessoria aos interessados.

## Fundo 157

**Celso Drummond**  
Vice-Presidente de Assuntos Assistenciais

A CVM divulgou que existem valores não resgatados relativos a aplicações no Fundo 157.

Lembramos que, para muitos investidores, o valor a ser resgatado pode ser pouco atrativo, mas não custa conferir, bastando seguir as instruções abaixo.

"Quem pagou imposto de renda entre 1967 e 1983, teve a opção de investir parte do valor a recolher no chamado Fundo 157 de várias instituições financeiras. Atualmente, há um saldo não reclamado de 500 milhões à disposição dos cotistas.

Consulte, verifique e repasse para os amigos.

**Se for o seu caso:**

1. Acesse <http://www.cvm.gov.br>
2. Role a tela até "Acesso Rápido" (à esquerda, embaixo de Comissão de Valores Mobiliários) e clique
3. Em seguida, busque "Consulta Fundo 157" (está em ordem alfabética) e clique
4. Digite o seu CPF
5. Veja em que banco está o seu dinheiro. Há uma tabela de endereços e telefones."

## Reembolso via internet

**AAPBB auxilia os associados no preenchimento das solicitações**

**Celso Drummond**  
Vice-Presidente de Assuntos Assistenciais

A CASSI estabeleceu que os pedidos de reembolso de procedimentos médicos e de prestação de serviços devem ser solicitados, unicamente, através da Internet, no site da CASSI.

Assim, visando a facilitar o acesso de nossos associados à Central de Análise e Pagamentos de Contas Médicas – CEPAG, por meio da digitalização da documentação exigida, treinamos, na CASSI, dois de nossos colaboradores, habilitando-os a dirimir dúvidas e ajudar no preenchimento dos pedidos de reembolsos e de serviços.

Para esclarecimentos ou agendamentos de assistência presencial, na Sede da AAPBB, pedimos que nossos associados e dependentes entrem em contato conosco pelos telefones (21) 2524-6386 e 2509-0347.

Importante que nossos associados mantenham, nos registros da CASSI, correio eletrônico válido e senha de acesso atualizada. Lembramos que podemos ajudá-los, também, nesta tarefa.

# A quem interessa esta reforma da previdência

Marcos Coimbra  
Vice-Presidente de Desenvolvimento

Analisemos apenas o RGPS. De início, cabe salientar que aposentadoria, pensão e outras conquistas adquiridas não são favores concedidos por quem está no poder e sim o cumprimento de direitos provenientes da contribuição de empregados e empregadores ao longo do período devido, de acordo com a legislação vigente. Quando se defende aposentadoria com um limite de idade de 65 anos inicialmente, amparando-se em comparações com outros países, é cometido um grave erro. A expectativa de vida no Brasil é de 75 anos (OMS-2015).

Outros países possuem expectativas superiores a 80 anos e com condições de vida muito superiores. Respeito ao trabalhador, serviços públicos dignos em saúde, educação, segurança, transportes e outros. Caso aprovelem esta barbaridade, um trabalhador que ingressa no mercado de trabalho com 18 anos terá então de contribuir por 47 anos para receber por 10 anos sua aposentadoria, com a idade mínima de 65 anos. Na prática é uma questão simples de cálculo atuarial: verificar o valor da contribuição mensal de empregados e empregadores, o tempo adequado para recebimento de um determinado valor por x anos, devidamente aplicados, segundo critérios técnicos, sem roubos e desvios. A questão da quantidade de anos mínimos de contribuição para aquisição das condições de aposentadoria merece ser discutida. Existem exemplos disponíveis como a PREVI, que ainda resiste, apesar das investidas do "mercado" e seus agentes. A CPI da Previdência mostrou a realidade.

Nos primórdios da instituição do atual sistema de Previdência Social, ele foi concebido para garantia dos benefícios (IAPs), considerando a existência de três contribuições iguais: a do empregado, a do empregador e a do governo. Com o tempo, devido aos elevados níveis de desemprego, às ínfimas remunerações, o sistema passou a ser responsável também pela assistência médica e pela assistência social,

passando assim a ter progressivamente um conceito mais amplo de Seguridade Social. Além de a União nunca ter contribuído com sua parte, para tentar corrigir esta distorção a atual CF/88 previu várias fontes de financiamento como COFINS, CSLL etc. para arcar com o ônus da nova responsabilidade.

Nos últimos 60 anos, apesar de tudo, a previdência conseguiu acumular, à época (ano 2000), valores equivalentes a bem mais de um trilhão de reais que, ao invés de serem aplicados corretamente, de acordo com os critérios atuariais, no mercado, para garantir o regime de capitalização, foram desviados pelos diversos governos, ao longo do tempo, por exemplo, na construção de Brasília, na Transamazônica e outras, o que provocou seu desaparecimento. Não pode ser esquecido o violento processo de corrupção, de nepotismo, de empreguismo, além da aprovação de medidas demagógicas que, apesar de serem, algumas, louváveis (idosos sem renda, trabalhadores rurais etc.), representam acréscimo às despesas, sem nunca terem propiciado um centavo de arrecadação, criadas pelo Congresso, sendo algumas pelo Executivo. Além disto, imorais isenções previdenciárias a financiadores de campanhas.

Moral e eticamente fica difícil justificar mudanças tão radicais no processo em vigor, considerando a CF de 88. Outro ponto a levantar é o desvio de receitas do orçamento da seguridade, como a implantação da DRU em 30%, ainda em vigor, apesar de proposta em andamento pela sua extinção. E a brutal sonegação existente, infelizmente não combatida adequadamente pelos órgãos públicos responsáveis? E a lista de devedores da Previdência supera em muito R\$ 400 bilhões. "De fato, o governo fabrica o déficit fazendo uma conta distorcida, que considera apenas a arrecadação do INSS e compara com todo o gasto da Previdência". E continuam a massacrar os aposentados que ganham mais de um salário mínimo (SM), dando-lhes apenas a reposição

da inflação, o que levará daqui a alguns anos a todos os aposentados passar a auferir pouco mais do mínimo, apesar de alguns terem contribuído por até 20 SM e atualmente sobre 10 SM.

Não é concebível persistir na atual situação, onde o governo não contribui e comanda todo o processo, onde todos os demais agentes são prejudicados. Não esqueçam que só em custos da dívida pública em 2018 (cerca de R\$ 400 bilhões), a União gastou mais do que com o total do apregoado déficit de aposentadorias do RGPS (cerca de R\$ 195 bilhões). Na realidade, deveria haver a garantia da aposentadoria integral também para os empregados do setor privado, nivelando por cima e não por baixo, respeitados os critérios atuariais de contribuição. Por que não admitir então a validade da extinção do pagamento compulsório ao INSS? Poderia ser facultativo. Quem confiasse neste sistema, contribuiria. Em caso contrário, aplicaria o valor de sua contribuição, somada a do empregador, em uma aplicação pessoal, isentando o Estado da obrigação de prover seu sustento na velhice. E a limitação de pensão e aposentadoria para 2 SM? Onde está a segurança jurídica? Um casal em que ambos recebam 3 SM cada um, em caso de morte de um deles, deixará o cônjuge na miséria. E os anos de contribuição?

Existem distorções graves em todo o processo, principalmente com a existência de "príncipes da República", que se aposentam em condições excepcionais, com pouco tempo de contribuição, auferindo nababescos estipêndios. O congressista que votar este absurdo será punido nas urnas. E a intenção de igualar a previdência privada com a previdência pública é complicada. O valor das contribuições é inteiramente diferente, o servidor público não tem FGTS, realizou concurso e tantas outras diferenças. Estão tentando dividir a sociedade brasileira, jogando a opinião pública contra os servidores públicos, através de uma sórdida ação da "mídia amestrada".

## Programa de Assistência Farmacêutica (PAF)

*Autorização que permite acesso ao benefício pode ser solicitada ou renovada via internet*

Antonio Carlos Monteiro  
Vice-Presidente Adjunto de Assuntos Assistenciais

O PAF visa facilitar a aquisição de materiais e medicamentos de uso contínuo. A análise das autorizações dos procedimentos é feita de forma criteriosa, com base na cobertura do plano e em evidências científicas. O objetivo é garantir que o participante receba a assistência adequada às suas necessidades de saúde.

Como solicitar/renovar a autorização:

– No site [www.cassi.com.br](http://www.cassi.com.br), acessar o

perfil (Associados), inserir e-mail e senha previamente cadastrados, clicar na opção "Fale com a Cassi".

– Efetuar o registro escolhendo o tipo de mensagem (Solicitação), o tipo de plano (Associados) e preencher todos os campos obrigatórios.

– Digitar a mensagem para aquisição de materiais e medicamentos de uso contínuo.

– Anexar o receituário médico digitalizado e clicar em "Enviar". Será gerado um número de protocolo.

Como acompanhar o andamento da autorização:

– No site [www.cassi.com.br](http://www.cassi.com.br), acessar o perfil (Associados), inserir e-mail e senha previamente cadastrados, clicar na opção "Fale com a Cassi".

– No campo "Consulta" informar o CPF e o número do protocolo.

## Palestra Cuidados Paliativos



No dia 28.03.2019, o Departamento Feminino da Associação, coordenado pela Vice-Presidência de Desenvolvimento, retornou às suas atividades.

Aconteceu na sede da AAPBB, uma importante palestra sobre Cuidados Paliativos, proferida pela Dr<sup>a</sup>. Beatriz Serra Feijó de Moraes, que desmistificou a ideia que cuidados paliativos só devem ser empregados quando não há mais possibilidade de tratamento e o paciente estiver em condição de terminalidade. Seu principal conceito é promover a qualidade de vida dos pacientes e seus familiares por meio de prevenção.

O evento teve a participação de 21 pessoas, enriquecido pela formulação de perguntas, motivadas pela exposição realizada sobre o importante tema.

## Palestra Drogas: do paraíso ao inferno



No dia 25.04.2019, a Mestre Mina Seinfeld de Carakushansky proferiu uma importante palestra sobre Drogas. Aconteceu na sede da AAPBB, dando continuidade à programação do Departamento Feminino da Associação, coordenado pela Vice-Presidência de Desenvolvimento.

A ABRACE é uma instituição que dá assistência e ampara crianças excepcionais e, como toda entidade do gênero, enfrenta dificuldades. Suas atividades proporcionam tratamento hospitalar, abrigo gratuito, alimentação e materiais ortopédicos. Com despesas crescentes, a ABRACE promove campanhas que busquem sensibilizar corações generosos. Ela se encontra à disposição na Rua Mariz e Barros 19 – Duque de Caxias (RJ) e atende nos tels. (021) 2650-0584/2673-1150. Abrace esta campanha.

A palestrante iniciou sua exposição questionando se drogas são inócuas ou nocivas. Mostrou a importância dos trabalhos científicos versus as experiências pessoais. Refletiu sobre o tripé oferta (repressão), demanda (prevenção), tratamento.

Concluiu que se deve concentrar na prevenção: educação, cidades preventivas, etc. "Combater as epidemias de drogas com tratamentos individuais é como atacar a malária caçando cada mosquito. Ocupa-se um número enorme de pessoas, mas o efeito é insignificante. Devemos é drenar os pântanos." Nils Bejerot.

O evento teve a participação de 14 pessoas, enriquecido pela formulação de várias perguntas relevantes, motivadas pela excelente exposição sobre o importante tema.

**Colega:**  
Prestigie sua entidade. Dê sua colaboração. Torne-a mais efetiva e atuante, porque só assim seremos reconhecidos como protagonistas no trato de nossos interesses.

## Obituário

Período de 01/01/2019 a 30/04/2019

Adilson Amorim - Albertina de Azeredo Medeiros - Antonio Jorge Xavier de Carvalho Pontes - Gabriel Montefusco - Ilka Lehmkuhl Trindade Cruz - Neusa de Almeida e Góes - Newton Eduardo Pagy de Souza - Paulo Martins Meirelles - Rita de Cássia Assis - Rodrigo Nova Leidão da Cunha - Wilma Santos de Oliveira

## Expediente

**Presidente:**

Williams Francisco da Silva

**Vice-Presidente de Administração:**

Carlos Antonio Neves Bezerra

**Vice-Presidente Adjunto de Administração:**

Deuseli Fernandes Rosas Moreira

**Vice-Presidente de Desenvolvimento:**

Marcos Coimbra

**Vice-Presidente Adjunto de Desenvolvimento:**

Célia Maria de Oliveira Avellar e Almeida

**Vice-Presidente Financeiro:**

Paulo Cesar Aragão da Silva

**Vice-Presidente Adjunto Financeiro:**

Fabio Azevedo Portugal

**Vice-Presidente de Assuntos Assistenciais:**

Celso de Medeiros Drummond

**Vice-Presidente Adjunto de Assuntos Assistenciais:**

Antonio Carlos Monteiro

**Vice-Presidente de Assuntos Jurídicos:**

Francisco Antônio Gomes da Silva

**Vice-Presidente Adjunto de Assuntos Jurídicos:**

Volnei Antonio Nichetti

**Vice-Presidente de Assuntos Previdenciários:**

Paulo Lima Ribeiro

**Vice-Presidente Adjunto de Assuntos Previdenciários:**

Sergio Roberto Costa de Castro

**Vice-Presidente de Atividades Sociais:**

Douglas Leonardo Gomes

**Conselho Fiscal - Efetivos:**

Ivan de Castro Esteves

Luiz Gonzaga Burza

Newton Gomes Sendra

**Projeto gráfico/editoração:**

Luiz Fernando Motta

**Impressão:**

LL Divulgação Editora Cultural Ltda

**Tel: 21 2714-8896**